

Opinião

Serviços ambientais

forem conhecidas e respeitadas além das fronteiras do segmento. As homenagens que a Sociedade Rural Brasileira vem recebendo pelos seus 90 anos nos propiciaram essa constatação. Temos o dever de usar nossa história de praticamente um século de serviços prestados à classe rural para lutarmos pelo prestígio que o produtor merece.

Para ganhar musculatura nas mais diversas negociações, com objetivo de influenciar políticas públicas e modelos de gestão privados, o produtor precisa estar próximo às suas entidades de caráter político. Se o produtor não valorizar suas instituições é um sinal de que não valoriza seu próprio negócio, seu meio de vida, sua raiz.

“Quem, em condições de se associar, se permite o isolamento e sonega a sua cooperação aos que se congregam em sociedade, só de si mesmo se pode queixar”, disse o secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio, durante a comemoração dos 85 anos da SRB, em 2004, período em que presidia a entidade, ao extrair a declaração acima de documento relativo à celebração dos cinco anos de vida da Rural!

O fato é que o agro precisa investir na formação da opinião pública, estabelecendo um diálogo franco, consistente, pautado pelo conhecimento, não pela emoção, a começar com os principais formadores de opinião do País.

Temos de priorizar a comunicação inteligente, deixando no passado as manifestações pirotécnicas, mas de pouco resultado, como carreatas, palanques e outras. Como destacou o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Denis Lerrer Rosenfield, no Congresso de Agribusiness, a comunicação institucional é mais lenta, mas é mais sólida e duradoura do que a simples propaganda. É disso que precisamos. ■



João Sampaio*

N O LEQUE de tópicos polêmicos sobre o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira, passando pelo imediatismo da reforma do Código Florestal, o consenso reside num único ponto: pagamentos por serviços ambientais. A preservação e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais passam pela compensação financeira ao produtor. O senão fica por conta de como fazê-lo de forma coerente, responsável e rápida para aquele que preserva e produz.

No relatório de 2007, intitulado *O Estado Mundial da Agricultura e Alimentação* da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), fica claro a premência dos pagamentos para os serviços ambientais – “O reflorestamento de áreas degradadas, a agricultura de conservação e mesmo a manutenção da floresta em pé são serviços ambientais prestados por agricultores. A elaboração de políticas públicas nacionais para esses pagamentos deve passar por quatro etapas: determinar quais serviços ambientais são passíveis de contrapartida, as pessoas que receberiam o pagamento, a quantia a ser paga e o mecanismo de repasse”. O repasse direto aos produtores é uma das opções apontadas pelo relatório e já aplicado em outros países.

Entre as possíveis fontes de financiamento para garantir os incentivos aos produtores, o relatório da FAO sugere a venda de créditos de carbono e a remuneração

dos produtos agrícolas obtidos de forma sustentável. Todas as afirmações da FAO estão em completa sintonia com o que pensamos, entretanto tais temas não são inseridos no corpo das discussões atuais.

A ocupação agrícola, sem critérios agora apreciados, foi realizada com a conivência e incentivo do Estado em algumas regiões. A inserção dos pagamentos por serviços ambientais deve ser item obrigatório na reforma do Código Florestal.

O projeto de lei que institui o pagamento, discutido na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, prevê a criação da Política Nacional de Serviços Ambientais e o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, voltados principalmente aos agricultores familiares. O mecanismo para a sustentabilidade da agricultura como um todo fica assim comprometido e, mais uma vez reitero, a discussão dos serviços deve ser pauta dos debates do código para toda a produção agropecuária.

Na Costa Rica, o governo criou um mecanismo de financiamento baseado em um fundo - o Fonafito -, alimentado por uma taxa nos combustíveis fósseis, para remunerar os proprietários rurais que conservam e restauram a floresta nativa, estipulando o pagamento de um valor básico por hectare preservado por agricultores.

Com outra forma de pagamento, há projetos como o da venda de créditos de carbono na bolsa voluntária de Chicago (CCX - Chicago Climate Exchange) para financiar esforços agroflorestais. Ele é gerido pelo Edinburgh Centre for Carbon Management (ECCM) e pela cooperativa mexicana Ambio, a qual atua com produtores do Sul do México em áreas de conservação ou lindeiras às unidades de preservação.

O nosso modelo quem deve criar somos nós, entretanto sem culpados e mocinhos. Imprescindível sim é a articulação de toda a cadeia produtiva e também que o pagamento dos serviços ambientais esteja na pauta prioritária de qualquer discussão de sustentabilidade da produção agropecuária. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)